

Título: O não-viver do negro detrás e além do saneamento básico: a Macrometrópole Paulista como instrumento territorial do racismo ambiental

Autor: Luiz Felipe dos Anjos, Universidade Federal do ABC (UFABC),
anjos.luiz@aluno.ufabc.edu.br

Resumo

O presente trabalho discute o saneamento básico como uma dimensão do racismo ambiental no território da Macrometrópole Paulista (MMP) na construção de uma política ambiental de morte para a população negra. Primeiramente, analisamos a territorialização da MMP pelos processos de descentralização industrial e urbanização dispersa, bem como as contradições de seu contexto socioeconômico, vinculado a políticas neoliberais descoladas de sua realidade e geradoras de desigualdades. Em seguida, abordamos o lugar das relações raciais no planejamento territorial, destacando que estas são concebidas como transversais, em vez de serem tratadas como um fundamento, dada a presença do dispositivo da racialidade. Posteriormente, questionamos o saneamento básico e suas dimensões, enfatizando a necessidade de sua construção plena na política ambiental brasileira devido à sua influência na elaboração de um não-viver para a população negra. Por fim, evidenciamos o espaço macrometropolitano como instrumental ao racismo ambiental, considerando o papel do saneamento básico como um elemento central nas desigualdades socioambientais entre brancos e negros (pretos e pardos) tanto nas infraestruturas quanto na vida cotidiana. Ao final, encontra-se uma correlação entre saneamento, raça, mortalidade e envelhecimento em uma reelaboração do lugar transescalar do negro em determinadas sub-regiões clusterizadas da Macrometrópole Paulista. Dessa maneira, discorre-se sobre o saneamento básico como uma dimensão do racismo ambiental no território da Macrometrópole Paulista (MMP) na construção de uma política ambiental de morte para a população negra. Assim, o saneamento básico se torna uma ferramenta de racismo ambiental que sustenta a lógica de morte e envelhecimento diferencial dentro da Macrometrópole Paulista.

Palavras-chave: Racismo ambiental; Saneamento básico; Macrometrópole Paulista; Dispositivo da racialidade.

Abstract

This paper discusses basic sanitation as a dimension of environmental racism in the territory of the Macrometropolitan Region of São Paulo (MMP). First, we analyze the

territorialization of the MMP through processes of industrial decentralization and dispersed urbanization, as well as the contradictions of its socioeconomic context, linked to neoliberal policies detached from its reality and generating inequalities. Next, we address the place of racial relations in territorial planning, highlighting that these are conceived as transversal rather than being treated as a foundation, given the presence of the device of raciality. Subsequently, we question basic sanitation and its dimensions, emphasizing the need for its full construction in Brazilian environmental policy due to its influence in elaborating a "non-living" for the black population. Finally, we highlight the macrometropolitan space as instrumental to environmental racism, considering the role of basic sanitation as a central element in socio-environmental inequalities between whites and blacks (black and brown) both in infrastructure and daily life. In the end, a correlation is found between sanitation, race, mortality, and aging in a re-elaboration of the transscalar place of black individuals in certain clustered sub-regions of the Macrometropolitan Region of São Paulo. Hence, this situation reflects the instrumentalization of the macrometropolitan space as a raciality device of control and exclusion, in which the black population is relegated to precarious living conditions, resulting in a "non-living" that is a contemporary expression of necropolitics. Thus, basic sanitation becomes a tool of environmental racism that sustains the logic of death and differential aging within the Macrometropolitan Region of São Paulo.

Keywords: Environmental racism; Basic sanitation; Macrometropolitan Region of São Paulo; Raciality device.

1. Introdução

Escravidão e água, a princípio, não parecem possuir conexão entre si; entretanto, estão conectadas pela memória e genialidade de Joaquim Pinto de Oliveira, popularmente, Tebas. Precisamente, essa conexão está no primeiro chafariz público da cidade de São Paulo, o Chafariz da Misericórdia ou Chafariz de Tebas, idealizado e construído pelo arquiteto escravizado Tebas, em 1792. O equipamento também foi o primeiro sistema público de abastecimento de água da cidade, servindo como ponto de encontro para os afro-brasileiros (Ferreira, 2018, p. 28).

As dinâmicas dos chafarizes se alteraram, com os “pobres urbanos de São Paulo recorrendo a poços e bicas informais, enquanto os ricos substituíram o serviço manual de entrega de água por encanamento interno, feito antes por escravizados” (Young, 2018, p. 84). A “paisagem da água”, como aponta Emma Young (2018, p. 85),

foi modernizada em detrimento dos pobres, através da canalização e retificação, processos sintetizados pela urbanização paulistana. Concomitantemente, os indivíduos são engolidos por este processo, resultando em um espaço urbano contraditório, excludente e marcado por desigualdades para a população negra.

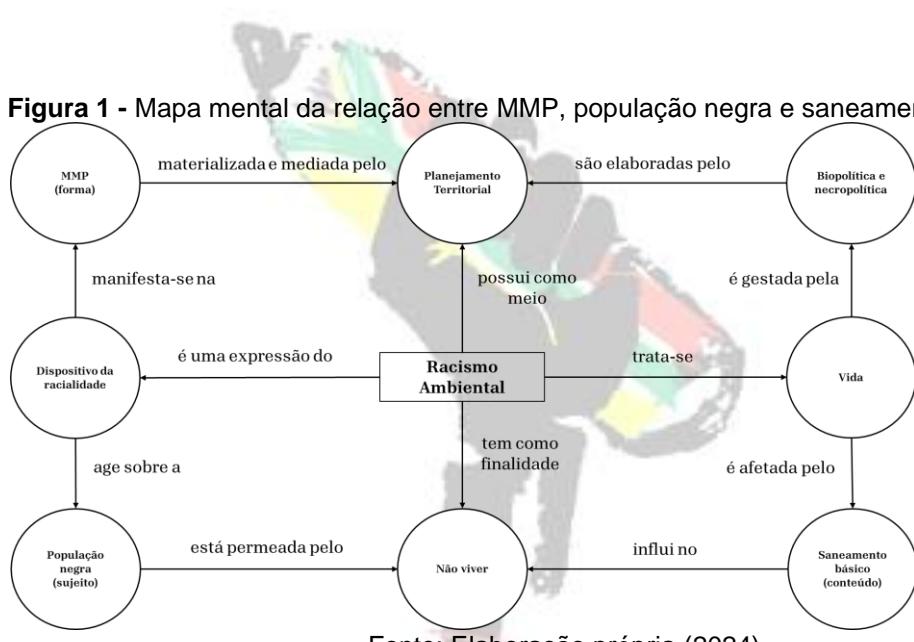
“A discussão sobre um chafariz e a vida de um arquiteto pode iluminar a longa história da desigualdade ambiental na cidade de São Paulo, fisicamente incorporada à paisagem urbana desde seus primórdios” (Young, 2018, p. 83). Enfatizamos que essas desigualdades não se tratam apenas de uma questão de infraestrutura, mas também de uma questão socioambiental. Nessas discrepâncias de saneamento básico, há um plano de fundo socioambiental. Quando comparamos a população branca com a população negra é patente uma discrepância no acesso ao saneamento básico seja pelo abastecimento de água, como no caso do Chafariz de Tebas, seja por meio de suas outras dimensões (drenagem/águas pluviais, esgoto, resíduos sólidos).

Nessa linha, as discussões sobre meio ambiente vêm a cada ano ganhado destaque em um contexto de crise e iminente colapso climático, mais ainda nas últimas décadas a lente é aberta para as relações raciais, isto é, para um forte debate sobre racismo ambiental (Herculano, 2006). Entretanto, uma grande parcela dos estudos sobre racismo ambiental trabalha a questão climática ou do risco, de tal modo que analisaremos um outro elemento relevante da temática ambiental: o saneamento básico.

O que rememoramos é a biopolítica por detrás do racismo ambiental pela gestão da vida e da morte feita pelo Estado em sua instrumentalização do espaço nas escalas, na governança e no planejamento na manutenção das desigualdades, de modo particular, aquelas relacionadas ao saneamento básico em todas as suas dimensões dentro do nosso recorte territorial: a Macrometrópole Paulista. Amélia Damiani (2004, p. 38) afirma que “biopolítica tem lugar” e afirmamos que além de lugar também possui raça e cor porque o meio ambiente não deve ser trabalhado apenas como um conceito abstrato. As questões ambientais referem-se à vida e o

saneamento básico na MMP é uma revelação do constructo de uma política ambiental do não-viver para os negros por intermédio do planejamento do território.

O presente trabalho investiga a função da macrometropolização paulistana como instrumental às diferenciações socioambientais entre a população branca e negra no aspecto do saneamento básico (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos) e a sua necessidade de ser mais que básico, pleno — entre a população branca e negra, considerada a relação entre a ação estatal, a produção do espaço e o racismo ambiental. Como uma política de morte é elaborada pela e na MMP ao explorarmos o saneamento básico, como dimensão do racismo ambiental, somado ao dispositivo da racialidade?



Em primeira instância, temos a forma, no caso em tela, a Macrometrópole Paulista entendida como uma extração da urbanização e da metropolização em suas inerentes contradições (Tavares, 2018; Pedro; Ramos; Pollachi, 2020) acentuadas pelo racismo, ou seja, nas expressões espaciais das relações raciais (Emerson dos Santos, 2019, p. 82-83). Em segunda instância, temos o sujeito aqui sendo a população negra em que seu corpo e existência são permeados por um planejamento territorial com vistas à morte. O sujeito é aquele afligido pelas práticas de planejamento desafetadas, isto é, não trazem o efeito da realidade racial brasileira;

assim, o negro usualmente não ocupa os espaços em que tais práticas são elaboradas. Em terceira instância, temos o conteúdo, aqui tratado como o saneamento básico em que se coloca dentro das dinâmicas do racismo ambiental na diferenciação entre brancos, pretos, pardos e negros (pardos e negros). Em quarta instância, temos o não-viver do negro, entendido como biopolítica e necropolítica (Mbembe, 2018) caminhando vis a vis com racismo ambiental, sendo a confluência das três últimas instâncias que permitem compreender o constructo sujeito-forma-contéudo. O sujeito-forma foucaltiano (Foucault, 1979) trazido por Sueli Carneiro (2005, p. 72) liga-se à forma-contéudo miltoniana (Santos, 2006, p. 109) o que traz sentido no entendimento de uma política ambiental de morte para a população negra; primeiro detrás do saneamento básico por este ser uma chave do racismo ambiental e, em segundo, além deste por conta de o “básico” não considerar as complexidades das relações raciais nas questões socioambientais.

2. Metodologia

Em primeiro lugar, é feito um levantamento e revisão bibliográfica e aprofundamento do tema com base nos tópicos da Macrometrópole Paulista, relações raciais, do racismo ambiental e saneamento básico (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos) sob a ótica e interfaces com o Planejamento Territorial. Apoiamos-nos em um levantamento em fontes virtuais e físicas: o acervo de periódicos da CAPES, a base Scielo, a base de TCCs, dissertações e teses e demais conteúdos eletrônicos do Sistema de Bibliotecas da UFABC, o Google Acadêmico e portais de TCCs, teses e dissertações de universidades brasileiras. Além disso, é realizada uma análise documental do Plano de Ação da Macrometrópole 2013-2040 no sentido de demonstrar o caráter instrumental da MMP, bem como suas contradições como ente estratégico de planejamento territorial paulista.

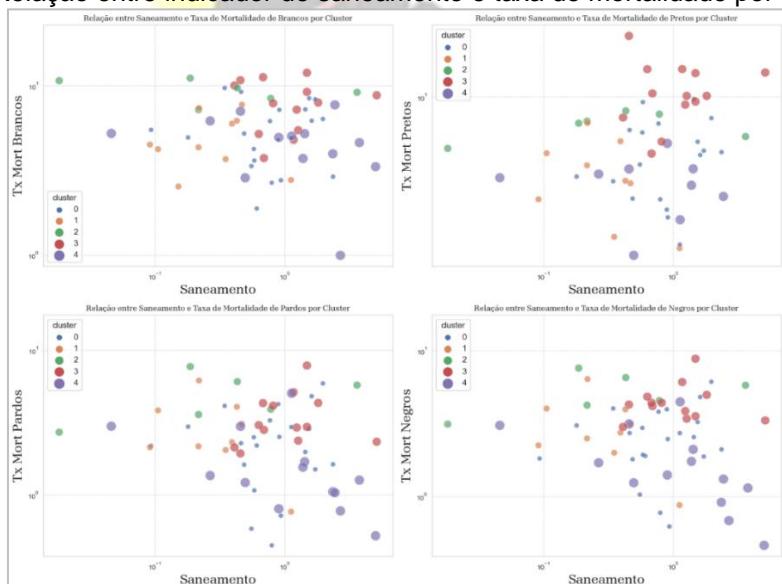
Em segundo lugar, é feito um levantamento, sistematização e espacialização de dados sociodemográficos (raça, idade, , densidade demográfica, mortalidade,) e ambientais (acesso e qualidade de acesso à água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos). A unidade de observação é a população negra (pretos e pardos) em comparação à população branca ao nível municipal na escala da Macrometrópole

Paulista durante os anos de 2010 e 2022 referentes aos dois últimos censos demográficos realizados pelo IBGE. Pretende-se construir um referencial teórico-conceitual a respeito do racismo ambiental e da territorialização da MMP que será corroborado e aliado a uma análise quantitativa de dados sociodemográficos e ambientais: uma clusterização com testes de significância estatística.

3. Resultados e Discussão

Com base no **Gráfico 1** e **Mapa 1**, podemos realizar uma análise das relações entre as taxas de mortalidade por raça e o indicador de saneamento por cluster e da maneira espacializada na MMP. O indicador de saneamento¹ é inversamente proporcional à qualidade das condições sanitárias, ou seja, valores mais altos indicam condições piores.

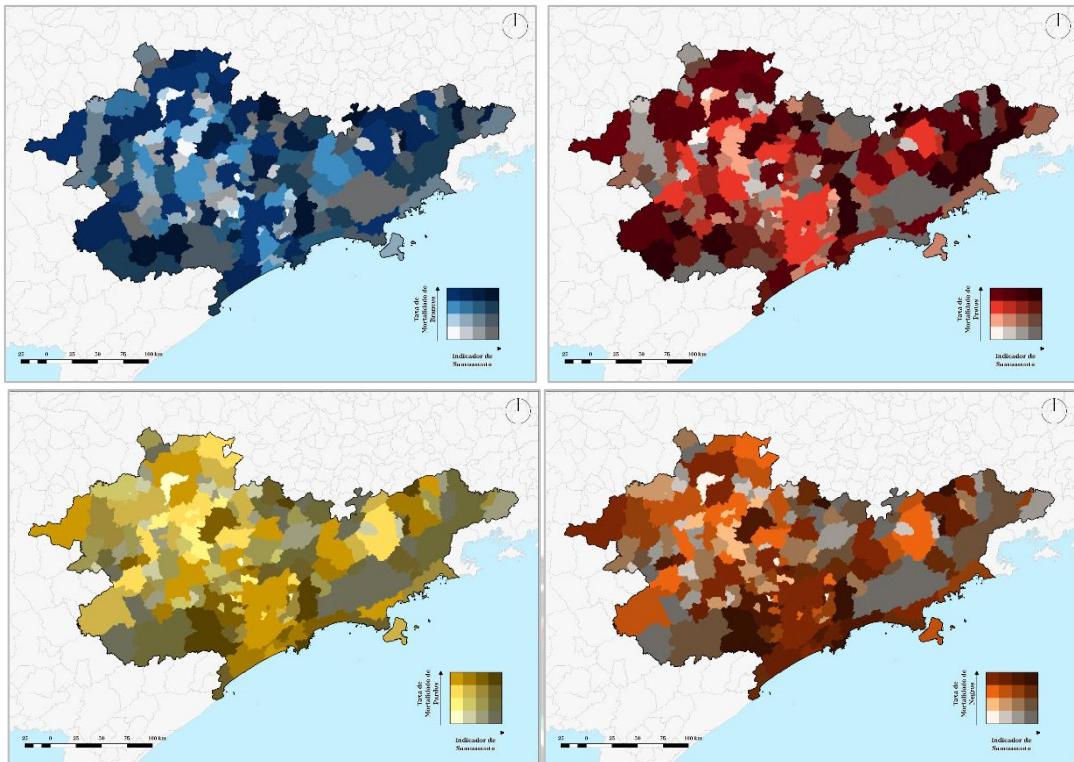
Gráfico 1 - Relação entre indicador de saneamento e taxa de mortalidade por cluster e raça



Fonte: Elaboração própria (IBGE, 2022a; MCID, 2021; SISAGUA, 2022; SUS, 2022).

¹ O indicador de saneamento básico é composto por quatro dimensões: água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos. Cada uma dessas dimensões é calculada a partir da média simples da normalização das variáveis associadas, seguida por uma transformação polinomial de grau 2. Para água, consideram-se os percentuais de domicílios sem ligação à rede geral, sem canalização e com amostras fora do padrão. Para esgoto, incluem-se os percentuais de domicílios sem banheiro, com esgoto a céu aberto e com fossas rudimentares ou valas. Na drenagem, analisam-se a relação entre bocas de leão e domicílios, a existência de tratamento de águas pluviais e o percentual de domicílios sujeitos à inundação. Já para resíduos sólidos, avalia-se o percentual de domicílios que queimam, enterram ou descartam lixo inadequadamente. O indicador final de saneamento é obtido pela soma das dimensões individuais.

Mapa 1 - Taxa de mortalidade de brancos, pretos, pardos e negros e indicador de saneamento



Fonte: Elaboração própria (IBGE, 2022a; MCID, 2021; SISAGUA, 2022; SUS, 2022).

Os gráficos indicam que, apesar das variações nas condições de saneamento, a mortalidade entre brancos não sofre alterações significativas, sugerindo uma menor vulnerabilidade deste grupo às condições precárias de saneamento. No mapa, as áreas em tons mais escuros de azul correspondem a regiões com saneamento mais precário, mas que não apresentam necessariamente alta mortalidade entre brancos, indicando que outros fatores, além do saneamento, podem estar influenciando a mortalidade neste grupo.

O gráfico para a população preta revela uma correlação mais forte entre a precariedade do saneamento e a mortalidade, destacando que este grupo é mais sensível às condições sanitárias. No mapa, áreas em vermelho escuro indicam regiões com alto índice de saneamento precário e maior mortalidade, sublinhando a maior vulnerabilidade dos pretos em áreas com infraestrutura deficiente.

Para a população parda, observa-se também uma correlação entre saneamento precário e aumento na mortalidade, embora talvez menos pronunciada

do que para os pretos. As áreas em amarelo escuro no mapa correspondem a regiões com saneamento inadequado e alta mortalidade, refletindo uma situação semelhante à dos pretos, mas com nuances que podem indicar diferenças contextuais ou regionais.

Por fim, os dados de negros mostram uma tendência clara de aumento na mortalidade com a piora das condições de saneamento. No mapa, áreas em laranja escuro representam regiões onde a combinação de saneamento precário e alta mortalidade é mais acentuada, reforçando a ideia de que a população negra, como um todo, é mais impactada pelas condições sanitárias.

4. Conclusão

Milton Santos (2008, p. 30–31), em sua obra "Da Totalidade ao Lugar", elabora uma perspectiva significativa sobre a relação entre a totalidade e o lugar. A totalidade é tratada como um dado global, uma superestrutura que influencia e maneja o lugar em diversos sentidos, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. Dessa forma, o espaço, ou melhor, o lugar, não é uma tela de fundo neutra porque possui uma estrutura social, uma movimentação de interesses, e é gestado a partir desses interesses e dessas frentes.

Trazendo essa análise para uma intertextualização com o pensamento de Sueli Carneiro (2005), podemos observar que quando ela discute o dispositivo da realidade, este se apresenta como esse dado global, essa totalidade. Trata-se de um conjunto de normas, filosofias, práticas, saberes, discursos e narrativas que agem e constroem, através de processos de subjetivação, o sujeito em sua existência.

Esse dispositivo, esse conjunto de tecnologias do poder, leis e instituições, possui um atravessamento significativo pela racialidade. Essa racialidade da totalidade age sobre sujeitos específicos, o corpo negro, determinando o lugar ou, muitas vezes, o não-lugar, um espaço pré-determinado no imaginário coletivo, que se manifesta como uma política de não-viver, um genocídio da população negra (Horvath Gomes; Mello, 2021, p. 19).

No contexto da MMP, essa totalidade se manifesta como um dispositivo da racialidade, um conjunto de práticas, narrativas, instituições, legislações e ações políticas ambientais que influenciam o sujeito negro. Este sujeito, permeado e afetado por esse movimento da totalidade, encontra-se em um lugar que é, muitas vezes, um não-lugar, construído e imposto. Assim, a relação entre a totalidade e o lugar do dispositivo da racialidade ao negro na macrometrópole paulista revela uma dinâmica complexa e intrincada de tecnologia do poder.

O trajeto percorrido ao longo deste trabalho, conferindo uma concretude palpável aos objetivos estabelecidos. Inicialmente, é crucial discutir a contextualização e as contradições inerentes à macrometrópole paulista, um território cujas estratégias de planejamento estão intimamente alinhadas ao cenário global de competitividade, sempre com foco no lucro e nas dinâmicas do capital. Esse movimento dentro da macrometrópole paulista revela uma prática de planejamento específica, que embora seja ampla em suas bases, se manifesta de maneira singular neste território. Tal planejamento, muitas vezes, está desalinhado e descolado da realidade brasileira, especialmente em um contexto marcado por profundas diferenças raciais.

A máquina metropolitana paulista representa essa hiperdimensão, essa hiperscala que se origina nos primórdios da urbanização paulistana e se expande até a atual macrometropolização. Este transbordamento escalar perpetua e se alimenta das desigualdades que já permeiam o ambiente urbano, ampliando-as de maneira incomensurável.

Em segundo lugar, é fundamental compreender que este ente de planejamento não se baseia apenas nas bases do capitalismo, mas também nas relações sociais que estruturam a sociedade brasileira. Raça e racismo não são meras camadas adicionais; são fundamentos que estruturam tanto a sociedade quanto as instituições brasileiras. Embora a MMP não esteja formalmente institucionalizada, ela opera por meio de instituições, e estas não abrem mão do racismo em suas operações. A Macrometrópole funciona como um dispositivo da racialidade, posicionando o negro em um lugar ou não-lugar específico. Nossa ponto, está em não apenas demonstrar uma patente diferenciação socioambiental entre os grupos racializados, porém trazer uma nova perspectiva desveladora tanto da falta de saneamento ambiental pleno, como já proposto, quanto da precariedade que influi na construção de uma política de

morte, de um não-viver do negro em prol do branco gestada pelo Estado na MM porque como aponta Dutra (2023, p. 93) o racismo ambiental passa a ser conceituado sempre relacionado ao racismo institucional.

Há uma urgência em entender como as relações raciais moldam uma visão de território profundamente racializada. Por isso, é necessário observar o saneamento básico dentro das dinâmicas do racismo ambiental. Este não é apenas uma questão jurídico-institucional, mas também uma questão de práxis e vivência. O saneamento básico, muitas vezes, não atende adequadamente a população brasileira, menos ainda a população negra.

O ponto central aqui é entender o saneamento básico dentro da chave do racismo ambiental, um elemento que, ao invés de promover vida, frequentemente resulta em morte. Falar de meio ambiente é falar de vida, e a política ambiental deveria ser sobre condições de saúde, sustentabilidade, qualidade de vida e bem-estar social. No entanto, o racismo ambiental produz a morte de certos corpos, materializando essa perspectiva. O saneamento básico, enquanto conteúdo, atua sobre o sujeito negro dentro da macrometrópole paulista. Por fim, é crucial entender que o racismo ambiental se manifesta através do planejamento territorial, permeado por biopolíticas e necropolíticas que influenciam o não-viver da população negra, emergindo a partir da realidade da macrometrópole paulista.

5. Referências

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. 72 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

DAMIANI, Amélia. Biopolítica tem lugar. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p. 38–53, 2004.

DUTRA, Andressa. Racismo Ambiental: justiça climática é justiça racial. In: MARIANA BELMONT (org.). **Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil**. São Paulo: Instituto de Referência Negra Peregrum e Orilaturas Editora, 2023. p. 87–92.

EMERSON DOS SANTOS, Renato. Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. In: BARONE, Ana Cláudia Castilho; RIOS, Flavia (org.). **Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)**. 1. ed. São Paulo: Intermeios; FAPESP, 2019. p. 77–96.

- FERREIRA, Abílio. Tebas e o tempo. In: ABILIO FERREIRA (org.). **Tebas: um negro arquiteto da São Paulo escravocrata (abordagens)**. São Paulo: IDEA, 2018. p. 6–47.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia. Racismo ambiental o que é isso. **Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE**, [s. l.], 2006.
- HORVATH GOMES, Aramis; MELLO, Leonardo Freire de. **Racismo territorial: o planejamento urbano tem um problema de raça?** 1a ediçãoed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=resultados>.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. tradução: Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MCID, Ministério das Cidades. Diagnóstico de Águas Pluviais 2021 - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). , 2021. xlxsTabela
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. (Coleção Míltion Santos, v. 1).
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008
- SISAGUA, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Painel de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano**. , 2022. xlxsTabela
- SUS, Sistema Único de Saúde. **Mortalidade geral** - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM). , 2022. xlxsTabela
- TAVARES, Jeferson Cristiano. Formação da macrometrópole no Brasil: Construção teórica e conceitual de uma região de planejamento. **EURE (Santiago)**, [s. l.], v. 44, n. 133, p. 115–134, 2018a.
- TORRES, Pedro Henrique Campello; RAMOS, Ruth Ferreira; POLLACHI, Amauri. A macrometropolização em São Paulo: reterritorialização, reescalonamento e a cidade-região. **Cadernos Metrópole**, [s. l.], v. 22, n. 47, p. 103–122, 2020.
- YOUNG, Emma. Água e desigualdade urbana em São Paulo. Revista Brasileira de História, v. 38, n. 80, p. 83–102, 2018